



RESENHA:

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA DA INFÂNCIA:
CONTRIBUIÇÕES ITALIANAS PARA INVENTAR UM CURRÍCULO
DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRO

REVIEW:

FIELDS OF EXPERIENCES IN CHILDHOOD SCHOOL:
ITALIAN CONTRIBUTIONS TO CREATE A BRAZILIAN EARLY CHILDHOOD
EDUCATION CURRICULUM



FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (Org.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

RESENHADO POR

Carolina Faria Alvarenga
carol_alvarenga@ded.ufla.br
Universidade Federal de Lavras

As organizadoras do livro, professoras Daniela Finco, Maria Carmem Silveira Barbosa e Ana Lúcia Goulart de Faria, finalizam a apresentação, intitulada de “*Conversações de ponta-cabeça sobre crianças pequenas para além da escola*”, remetendo-se a Che Guevara: “Sejamos realistas! Desejemos o impossível!”. De fato, pensar a escola da infância no Brasil, que, diferentemente da Itália, corresponde às creches e às pré-escolas, é um grande desafio! Vivemos, no Brasil, um momento de lutas, disputas e resistências: a construção de um currículo para a Educação Infantil e de uma base nacional curricular comum. Nesta obra, as autoras questionam, portanto, como pensar numa base comum sem perder de vista as especificidades da Educação Infantil. Desafiam-nos a pensar em um currículo que se baseia em “ouvir ao invés de falar, em que a dúvida e a fascinação são fatores muito bem vindos, juntamente com a investigação, a descoberta e a invenção”. Apostam, ainda, nos inesperados e nos imprevistos como “forma da criança participar do processo, possibilitando experiências e processos compartilhados com os/as professores/as, as crianças e as famílias” (FINCO; BARBOSA; FARIA, 2015, p. 10-11)¹.

As autoras citam Marcos Cezar Freitas, para se referirem a este “espectro que ronda o mundo dos pequeninos, o espectro da forma escolar” (2015, p. 11). É, portanto, deste lugar em que o Brasil se coloca o desafio de construir um currículo para a Educação Infantil e se inspira nas contribuições italianas para a construção de um currículo brasileiro próprio, que valorize as experiências das crianças. O livro traz dois documentos italianos traduzidos para o português – *Indicações nacionais para o currículo da escola da infância e do primeiro ciclo de instrução, de 2012, e parte d’As novas orientações para uma nova escola da infância*². Quatro artigos trazem pesquisas e reflexões sobre os campos de experiência na Educação Infantil.

O documento *Indicações nacionais para o currículo da escola da infância e do primeiro ciclo de instrução, de 2012*, foi traduzido originalmente neste livro para o português e disponibilizado na íntegra. Esta versão é uma atualização/reformulação das orientações que, já em 1991, destacavam a importância de “acolher e interpretar a complexidade da vida das crianças pequenas de 3 a 6 anos na pré-escola, levando em conta a experiência de infância no seu projeto educativo, enriquecendo e valorizando as vivências extraescolares” (p. 9). As orientações abordam a educação da infância e do

¹ Nas próximas referências a partes do livro, usarei apenas a página citada.

² Publicadas nos Cadernos Cedes nº 37 – Grandes Políticas para os pequenos (FARIA, 1995).

primeiro ciclo de instrução, o que corresponde ao que chamamos de anos iniciais do Ensino Fundamental, com a diferença de que, na Itália, a Educação Infantil contempla crianças de três a seis anos. Especificamente sobre a escola da infância, o documento tece as relações entre as crianças, as famílias, as/os docentes e o ambiente de aprendizagem e propõe campos de experiência, por meio dos quais serão organizadas “atividades e experiências que promovam a competência, que nesta idade é entendida de modo global e unitário” (p. 55): eu e o outro; o corpo e o movimento; imagens, sons e cores; os discursos e as palavras; o conhecimento do mundo.

O primeiro artigo do livro, de autoria das professoras Maria Carmem Silveira Barbosa e Sandra Regina Simonis Richter, *Campos de experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo*, problematiza dois aspectos: o currículo da Educação Infantil e a formação de professores (e professoras, acrescento). A partir da questão “É possível, e necessário, pensar um currículo para a Educação Infantil?”, as autoras criticam, por exemplo, a concepção escolarizante do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, e o uso que se faz deles pelas instituições de Educação Infantil. Os campos de experiência apresentados nas orientações italianas são também colocados em questão, especialmente quando se pensa na educação dos bebês. Considerando que o documento italiano foi pensado para crianças de três a seis anos, como tornar relevantes os campos de experiência para os bebês? Esta questão é, portanto, problematizada e se articula com o outro aspecto abordado pelas autoras: a formação docente. Problematizam a formação no curso de Pedagogia, também trazendo as especificidades da educação dos bebês e das crianças bem pequenas. Questionam o peso que os conhecimentos teóricos têm na formação e como professoras e professores abandonam “o olhar para as crianças, para o grupo, para o fluxo de vida que transcorre” (p. 194). As autoras valorizam, portanto, o currículo como algo que também acontece para além daquilo que se pretende ensinar. Arriscam-se a dizer que uma das contribuições das orientações italianas pode ser uma referência importante para a formação docente, antes de ser um modelo de currículo para as crianças pequenas.

O segundo artigo, *As indicações nacionais italianas: campos de experiência e arte*, é de uma professora italiana, Franca Zucconi. A autora inicia o texto contextualizando a criação das orientações. Ressalta a diferença de concepção entre os termos “indicações” e “programas”, bastante usado no âmbito das políticas educacionais. Indicações, segundo ela, trazem, felizmente, “uma perspectiva cada vez menos

centralizada e determinista” (p. 201). Mostra alguns avanços em relações às orientações anteriores. A inserção da noção de “competências” rejeita a ideia de apenas um saber aprendido e traz uma concepção didática diferente, ao possibilitar o diálogo entre os saberes e a vida cotidiana. A autora amplia a relevância da noção de experiência, mais especificamente em relação à Educação Infantil, amparando-se em Jan Amos Komensky (Comenio, em italiano), Maria Montessori e John Dewey. A autora dá um destaque à dimensão artística em seu texto e, no subtítulo “Imagens, sons e cores”, destaca o “valor da ação discreta, mas constante dos educadores [e educadoras]”, na medida em que propiciam “o encontro das crianças com a arte”, uma “oportunidade de olhar com olhos diferentes o mundo ao redor” (p. 213). Arte e imagem, na escola do primeiro ciclo, ganham estatuto de disciplina, diferenciando-se da música e do gesto. Constitui-se em cinco núcleos – sensorial, linguístico-comunicativo, histórico-cultural, expressivo-comunicativa e patrimonial – e pode ser relacionada, na visão da autora, à concepção de arte como experiência, de Dewey. Zuccoli apresenta, por fim, alguns desafios, não específicos da educação da infância, e aposta na arte “não apenas uma disciplina para ensinar, mas o substrato comum a todas as disciplinas, um modo de ação e de descoberta, de subversão das regras e de sua reinvenção, que pode afetar profundamente as estruturas das escolas” (p. 217).

O professor Paulo Sergio Fochi, autor do artigo *Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de experiência*, inicia o texto, resgatando o conceito de experiência de Dewey, já apresentado no livro, para que a compreensão dos campos de experiência faça outro sentido, que não o de meras divisões de áreas ou componentes disciplinares. Dialoga com Julia Oliveira-Formosinho, sobre “reexaminar a gramática pedagógica construída dentro das escolas” e com Ana Bondioli e Susanna Mantovani para dizer da importância de se “inventar uma docência” (p. 222) e articula três princípios da “didática do fazer” aos campos de experiência na organização de um currículo para a Educação Infantil: ludicidade, continuidade e significatividade (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998). A ludicidade está associada ao “exercício criador, a um espaço e tempo para formulações de teoria provisórias” (p. 225). O erro passa a ser considerado parte da experiência. Porém, apenas a ludicidade não é suficiente para manter o processo de crescimento. A continuidade, portanto, bem próxima ao que Dewey chamou de *continuum*, implica em condições objetivas – tempo, materiais em quantidades suficientes, espaço e grupo – necessárias para as crianças aprofundarem “suas hipóteses

afetivas, cognitivas e sociais sobre o mundo” (p. 226). A significatividade remete à produção de significados construídos na experiência do sujeito, ou seja, há o entendimento de que o conhecimento é construído dentro de nós. Fochi articula a noção de campos de experiência ao debate sobre a construção de um currículo para a Educação Infantil, motivado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, as quais privilegiam as brincadeiras e as interações. Para finalizar, o autor dialoga com Bruner ao falar da escola (instituição educativa, no caso da Educação Infantil), como um pedaço da vida e não como preparação para a vida, e aposta que ela “se converta em um privilegiado, generoso e honesto modo de estar na coletividade e de viver a vida” (p. 231).

O último artigo, da professora Daniela Finco, *Campos de experiência educativa e programação pedagógica na escola da infância*, também denuncia o modelo escolarizante presente nas instituições de Educação Infantil e coloca a seguinte questão: “Como a programação pedagógica por meio dos campos de experiência educativa pode se apresentar como alternativa para a educação da infância?” (p. 234). Ancorada na Sociologia da Infância, a autora argumenta que entender as crianças como produtoras de cultura, co-construtoras do conhecimento e da identidade exige um currículo que coloque à disposição das crianças “tempos, espaços e materiais para que favoreçam provocações à imaginação e desafios ao raciocínio, dando asas à curiosidade, proporcionando espanto, descoberta, maravilhamento e todas as formas de expressão nas mais diferentes intensidades” (p. 234). Finco resgata a importância da Educação Infantil como complementar à ação da família e de um currículo que as aproxime de seu contexto social. Ressalta que há, na primeira etapa da Educação Básica, conhecimento e aprendizagem, mas, a criança estando no centro do processo, suas curiosidades e seus interesses deveriam guiar essas construções. Assim como outras autoras e autor do livro, também se inspira na noção de experiência de Dewey e acrescenta as contribuições do pedagogo italiano Loris Malaguzzi para o enfrentamento do desafio de uma “pedagogia da escuta”. Conclui apresentando as contribuições das orientações italianas, já em 1991, que é também uma pedagogia das relações.

O livro finaliza com a reprodução do documento de orientações originalmente publicado em 1995, no Cadernos Cedes, *As novas orientações para uma nova escola da infância*. “Campos de experiência educativa” foi o item escolhido, por ter relação com a produção do livro e que coincide com a construção de uma base curricular nacional, cujo

Resenha: Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro

eixo são os campos de experiência. Bruna Richter presenteia o livro com ilustrações que refletem a leveza e a beleza das crianças brincando, inspirada na pintura *Jogos Infantis* (1560), de Pieter Bruegel. Fica a dica da leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Grandes políticas para os pequenos. **Cadernos Cedes**. Campinas: Papyrus, n. 37, 1995.

Recebido em: 30/07/2015

Aprovado em: 12/04/2016